

Denise Pereira
Maristela Carneiro
(Organizadoras)

História: Diálogos Contemporâneos 2



Atena
Editora
Ano 2019

Denise Pereira
Maristela Carneiro
(Organizadoras)

História: Diálogos Contemporâneos

2

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Geraldo Alves
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof^a Dr^a Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof^a Dr^a Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.^a Dr.^a Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
H673	História: diálogos contemporâneos 2 [recurso eletrônico] / Organizadoras Denise Pereira, Maristela Carneiro. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. – (História. Diálogos Contemporâneos; v. 2) Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-560-0 DOI 10.22533/at.ed.600192308 1. História – Pesquisa – Brasil. I. Pereira, Denise. II. Carneiro, Maristela. III. Série. CDD 900.7
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Dentre os conflitos mais instigantes, produtivos e controversos que se dão no espaço acadêmico, reside aquele que opõe as muralhas das especificidades dos campos disciplinares à permeabilidade dos saberes na contemporaneidade. Extremismos à parte, é certo que, justamente por suas miradas particulares, os campos de conhecimento podem crescer quando travam contato. A descoberta de termos e objetos comuns e o desconforto dos desacordos e quebras de comunicação criam uma atmosfera de efervescência, questionamento e convite ao aprendizado. O conhecimento frequentemente prospera nas interseções.

As tensões do mundo líquido no qual navegamos intensificam estes debates e tornam premente a necessidade de promover e compreender os trânsitos entre os campos e os conhecimentos que emergem nessas encruzilhadas. Criar ligações entre as ilhas é, pois, uma necessidade, haja vista que, no coração destes debates jaz o descompasso entre a disponibilidade de informações e a variedade de recursos tecnológicos, de um lado, e o basbaque e a incapacidade de articular efetivamente tamanho arsenal em favor da difusão do conhecimento e da ampliação do alcance das humanidades em nosso meio social, de outro.

Como aponta Giorgio Agamben, o presente reside nessa zona fugaz e inexistente, o não vivido dentro do vivido, sendo, portanto, um desejo de futuro que encontra sempre seu referencial em algum passado. À História, que faz o possível para medir o pulso desse grande corpo em fluxo, cabe a árdua tarefa de estudá-lo até onde permite o alcance de suas lentes, a fim de que tenha o necessário para pintar o quadro complexo e pitoresco que a realidade merece. Esse quadro é pincelado de diálogos que mesclam novas e velhas fontes, linguagens clássicas às pós-modernas, discursos estabelecidos aos controversos. E tendo esse *melting pot* como horizonte orientador, antes de desvanecer, acaba revigorada nesses entrecortado de lugares e falas, nem sempre convencionais.

Diante deste olhar na História, esperamos que as leituras destes capítulos possam ampliar seus conhecimentos e instigar novas pesquisas.

Boa leitura!

Denise Pereira
Maristela Carneiro

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
BNCC, TRANSVERSALIDADE, MEIO AMBIENTE E ENSINO DE HISTÓRIA: ELEMENTOS PARA UM DIÁLOGO ENTRE HISTÓRIA E PEDAGOGIA	
<i>Mônica Andrade Modesto</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6001923081	
CAPÍTULO 2	13
ENSINO DAS CIÊNCIAS SOCIAIS: COMO REPENSAR UMA HISTÓRIA DO CONFLITO ARMADO COLOMBIANO NUM CENÁRIO DE “PAZ”?	
<i>Ana Cecília Escobar Ramirez</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6001923082	
CAPÍTULO 3	26
HISTÓRIA.COM: ENSINO DE HISTÓRIA, FONTES DOCUMENTAIS E HISTORIOGRAFIA	
<i>Maria Aparecida da Silva Cabral</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6001923083	
CAPÍTULO 4	36
EXPONERE: ENTRE DESIGN, MEMÓRIA E HISTÓRIA	
<i>Fernanda Deminicis de Albuquerque</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6001923084	
CAPÍTULO 5	40
HISTÓRIA DA HISTORIOGRAFIA COMO EXERCÍCIO DE METATEORIA	
<i>Rogério Chaves da Silva</i>	
<i>Paulo Alberto da Silva Sales</i>	
<i>Sidney de Souza Silva</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6001923085	
CAPÍTULO 6	56
HISTÓRIA E MEMÓRIA EM CELESTINO ALVES: UMA ANÁLISE DO LIVRO “RETOQUES DA HISTÓRIA DE CURRAIS NOVOS”	
<i>Fabiana Alves Dantas</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6001923086	
CAPÍTULO 7	68
HARRY POTTER E POLÍTICA: PARALELISMO ENTRE O ENREDO POLÍTICO DE HARRY POTTER E AS CIÊNCIAS POLÍTICA REAIS	
<i>José Carlos Corrêa Cardoso-Junior</i>	
<i>José Antonio de Andrade</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6001923087	
CAPÍTULO 8	76
VIOLÊNCIA E MEMÓRIA COMO MATRIZES PARA IDENTIDADES NO SÉCULO XX	
<i>Lucas de Mattos Moura Fernandes</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6001923088	

CAPÍTULO 9	90
HISTÓRIA INTELECTUAL DOS 'CARDEAIS' DA ESCOLA NOVA NO BRASIL	
<i>César Evangelista Fernandes Bressanin</i>	
<i>Milian Daniane Mendes Ivo Silva</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6001923089	
CAPÍTULO 10	104
IMAGEM X LITERATURA: A REPRESENTAÇÃO DA IMAGEM EM OS MAIAS DE EÇA DE QUEIRÓS	
<i>Nívea Faria de Souza</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60019230810	
CAPÍTULO 11	114
MICRO-HISTÓRIA E NARRATIVA ORAL NO NORTE PARANAENSE	
<i>Marcia Regina de Oliveira Lupion</i>	
<i>Lucio Tadeu Mota</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60019230811	
CAPÍTULO 12	124
MOVIMENTO NEGRO NO RIO GRANDE DO SUL: APONTAMENTOS PARA UMA HISTÓRIA DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NO ESTADO	
<i>José Antônio Dos Santos</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60019230812	
CAPÍTULO 13	136
MULHER E FEMINISMO: PERCEPÇÕES ATRAVÉS DO ROMANCE "A DEUSA DO RÁDIO" DE HELONEIDA STUDART	
<i>Ioneide Maria Piffano Brion de Souza</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60019230813	
CAPÍTULO 14	145
O PAI DOS POBRES: UM OLHAR SOBRE A ASCENÇÃO DO POPULISMO DE GETÚLIO VARGAS NO ESTADO NOVO	
<i>Adilson Tadeu Basquerote Silva</i>	
<i>Eduardo Pimentel Menezes</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60019230814	
CAPÍTULO 15	155
O TRATADO SECRETO ENTRE PERU E BOLÍVIA DE 1873 E AS RELAÇÕES COM A ARGENTINA, BRASIL E CHILE	
<i>Adelar Heinsfeld</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60019230815	
CAPÍTULO 16	165
O ÚLTIMO ADEUS: A SUBLIMAÇÃO DA DOR E O AMOR METAFÍSICO	
<i>Maristela Carneiro</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60019230816	

CAPÍTULO 17	180
POLÍTICAS PENAIS NO PARANÁ – DO AVANÇO DO APRISIONAMENTO AO GERENCIAMENTO DA MASSA DE APENADOS	
<i>Rivail Carvalho Rolim</i> <i>Letícia Gonçalves Martins</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60019230817	
CAPÍTULO 18	195
PUERICULTURA E POLÍTICAS PÚBLICAS DE ASSISTÊNCIA À MATERNIDADE E À INFÂNCIA (1930-1945)	
<i>Helber Renato Feydit de Medeiros</i> <i>Maurício Barreto Alvarez Parada</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60019230818	
CAPÍTULO 19	204
QUEERMUSEU: INCLUSÃO E DIVERSIDADE SOB O OLHAR CONTEMPORÂNEO	
<i>Manoel Messias Rodrigues Lopes</i> <i>Suely Lima de Assis Pinto</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60019230819	
CAPÍTULO 20	216
RAÍZES HISTÓRICAS DA CONCENTRAÇÃO DE RIQUEZA EM SALVADOR, (1777-1808)	
<i>Augusto Fagundes da Silva dos Santos</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60019230820	
CAPÍTULO 21	228
RECOMPOSIÇÃO BURGUESA, AMPLIAÇÃO DO ESTADO E AS NOVAS SOCIABILIDADES DO CAPITAL: O INSTITUTO BRASILEIRO DE PETRÓLEO, GÁS E BIOCOMBUSTÍVEIS – IBP	
<i>Marcio Douglas Floriano</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60019230821	
CAPÍTULO 22	236
RELAÇÕES DE TRABALHO E CAUDILHISMO: AS BASES SOCIOECONÔMICAS DA GUERRA GAUCHA (ESPAÇO PLATINO, SÉCULO XIX)	
<i>Cesar Augusto Barcellos Guazzelli</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60019230822	
CAPÍTULO 23	247
RENATO SOEIRO NO SPHAN: SUA TRAJETÓRIA ATÉ A DIREÇÃO DA INSTITUIÇÃO	
<i>Carolina Martins Saporetti</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60019230823	
CAPÍTULO 24	258
REPRESENTAÇÕES DE GETÚLIO VARGAS NAS PÁGINAS DA REVISTA DO GLOBO ENTRE OS ANOS DE 1929 E 1937	
<i>Eduardo Barreto de Araújo</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60019230824	

CAPÍTULO 25	271
VERDADE E FORMAÇÃO CRÍTICA: UMA ANÁLISE DOS SIMBOLOS DA ALEGORIA DA CAVERNA	
<i>Edson de Sousa Brito</i>	
<i>Camila de Souza Cardoso</i>	
DO 10.22533/at.ed.60019230825I	
SOBRE AS ORGANIZADORAS.....	279
ÍNDICE REMISSIVO	280

RELAÇÕES DE TRABALHO E CAUDILHISMO: AS BASES SOCIOECONÔMICAS DA *GUERRA GAUCHA* (ESPAÇO PLATINO, SÉCULO XIX)

Cesar Augusto Barcellos Guazzelli

RESUMO: O objetivo deste trabalho é realizar uma discussão que aponta para as relações de trabalho estabelecidas nas unidades produtivas como explicativas para a adesão dos trabalhadores rurais aos grandes estancieiros, formando as milícias que garantiam os poderes pessoais dos caudilhos. Neste sentido, as tropas de cavalaria ligeira que sustentaram a chamada *Guerra Gaucha* tiveram sua formação no cotidiano das estâncias, e as suas ações nos conflitos podem ser interpretadas como extensão dos seus trabalhos como campeiros. Mesmo que tenham havido múltiplas modalidades de caudilhismo nas diferentes regiões do Rio da Prata, esta interpretação a partir de um referencial teórico buscado no Materialismo Dialético pode ser explicativa para o caudilhismo presente ao longo de quase todo o século XIX.

PALAVRAS-CHAVE: caudilhos; estancieiros; gaúchos; milícias; relações sociais; guerras civis

LABOR RELATIONS AND CAUDILHISM:
THE SOCIO-ECONOMIC BASES OF THE
GUERRA GAUCHA (SPACE OF RIVER
PLATE, 19TH CENTURY)

ABSTRACT: The objective of this work is to

conduct a discussion that points to the labor relations established in the productive units as explanatory for the adhesion of the rural workers to the ranchers, forming the militias that guaranteed the personal powers of the caudillos. In this sense, the troops of light cavalry who supported the so-called *Guerra Gaucha* had their formation in the daily life of the estancias, and their actions in the conflicts can be interpreted as extension of their works like cowboys. Even though there have been multiple caudillo modes in the different regions of the Rio de la Plata, this interpretation based on a theoretical referential sought in the Dialectical Materialism can be explanatory for the caudilhismo present throughout most of the nineteenth century.

KEYWORDS: caudillos; ranchers; gauchos; militias; social relationships; civil wars

Minha inserção na história da formação dos Estados nacionais no espaço platino resultou de um interesse no caudilhismo. A par da resistência tenaz dos caudilhos de diversos rincões contra as tentativas centralizadoras dos grupos exportadores interessados em governos nacionais fortalecidos, chamava a atenção a capacidade daquelas lideranças em formarem seus exércitos a partir de milícias irregulares sob o comando de chefes militares menores.

Ou seja, se aos membros das oligarquias fundiárias provincianas cabia a identidade de “estancieiro-caudilho”, suas hostes eram constituídas por homens aos quais poder-se-ia aplicar outro binômio, o de “peões-soldados”. Na abordagem destras intrincadas relações é mister tentar compreendê-las em dois níveis: horizontalmente, entre as facções dos grupos dominantes, ou seja, dos caudilhos entre si e os Estados nacionais que buscavam afirmação; verticalmente, entre os caudilhos e seus comandados, os também chamados “*montoneros*”: palavra derivada de “*montón*” – “montão”, plebe, chusma, ralé – esta foi uma expressão pejorativa dos espanhóis para designar os soldados irregulares que formavam as tropas de Artigas pela forma pouco marcial como se apresentavam e combatiam (ANSALDI, 1976).

Este entendimento pode ser analisado a partir de categorias marxistas aplicados nestes dois níveis. Sobre as questões referentes às resistências dos caudilhos aos Estados nacionais em vias de organização, utilizo o conceito de “intercâmbio não equivalente”, que explicaria uma dependência dos estancieiros, os proprietários dos latifúndios pecuários. Estes criadores de gado eram “produtores mercantis” que dependiam dos comerciantes monopolistas nos tempos coloniais, e mais tarde daqueles que dominavam as atividades de exportação. Estas relações se davam de forma assimétrica, o que criaria a clivagem entre estes setores da classe dominante, produtores e comerciantes. Um criador de gado não tinha a possibilidade de medir o valor da sua produção comparativamente aos demais; isto permitia aos grandes comerciantes estabelecer os preços de compra da produção mercantil dos estancieiros, fossem gado em pé ou seus derivados, além dos preços das mercadorias que abasteciam as propriedades rurais. Mais que isto, assumiam também o papel de financiadores das atividades produtivas, pois eram os únicos agentes econômicos que dispunham de dinheiro (CHIARAMONTE, 1991).

Os grandes comerciantes, portanto, constituíam o verdadeiro grupo dominante no espaço platino. O “intercâmbio não equivalente” está na raiz destas relações. Como os preços eram arbitrariamente definidos pelos comerciantes, eles não refletiam os custos de produção dos bens mercantis, ou seja, o trabalho acumulado neste processo. Quando a descolonização da América Latina enveredou rumo à organização dos Estados nacionais, o papel dos antigos comerciantes monopolistas das metrópoles ibéricas foi tomado pelos grupos exportadores que, desde as cidades portuárias, tratavam de formar seus nexos comerciais com os países que lideravam a implantação do capitalismo mundial. Portanto, oligarquias exportadoras e não-exportadoras tinham esta assimetria nas origens das respectivas inserções econômicas no Rio da Prata (GOLDMAN; SALVATORE, 1998).. Aos “produtores mercantis” prejudicados nestas relações, restavam as alianças regionais, definindo aquelas unidades políticas possíveis, as “regiões-províncias”, espaços onde estes grupos dominantes podiam esboçar um ordenamento jurídico-político. Estas facções se identificaram respectivamente como “*unitarios*” e “*federales*”, com enfrentamentos que atravessaram o século XIX (CHIARAMONTE, 1996).

Estas considerações iniciais explicam genericamente as resistências à formação dos Estados nacionais, expressa no longo ciclo de guerras civis no século XIX. No entanto, para que os caudilhos das diferentes “regiões-províncias” pudessem combater os exércitos nacionais que se constituíam, precisavam de suas próprias hostes, e a formação destas milícias precisa ser também estudada à luz das relações econômicas que se estabeleceram verticalmente no espaço platino. Ou seja, entre estancieiros e seus peões se formavam as bases do comando dos caudilhos sobre suas tropas. Aqui, que é o objetivo principal deste texto, também usarei também de categorias marxistas, fundamentalmente tratando de relações pré-capitalistas, que procuro associar a alguns elementos retirados da teoria do discurso.

Este processo remonta à expropriação dos gados primeiro, e das terras depois, ocorridas ainda no período colonial. É necessário recuperar alguns aspectos deste processo. Ele se desencadeia a partir da demanda de couros que decorreu da Revolução Industrial inglesa, transformando as relações sociais no espaço platino. Esta inusitada procura por uma matéria-prima até então desconsiderada deveu-se à necessidade crescente de correias de couro que eram fundamentais para as máquinas que moviam toda a produção industrial da Inglaterra. Ou seja, um bem “não econômico” se convertera em “mercadoria”, e esta foi a primeira grande relação capitalista que se estabeleceu no Rio da Prata (POMER, 1986).

O significado disto foi a conformação de um grupo que, utilizando as benesses oferecidas pelos privilégios dados pelas intrincadas legislações coloniais, se apropriou dos direitos ao abate do gado xucro que abundava nas imensas pastagens nativas. Como consequência, para aqueles que até então viviam livremente nos campos às custas do abate das reses, pesaram novas posturas que os identificavam como infratores, pois não eram proprietários das reses. Diferentes formas de “leis de vadiagem” passaram a vigorar, e a forma de fugir ao alcance delas era estabelecer relações de trabalho com os beneficiários da apropriação dos rebanhos (GARAVAGLIA, 1999). Assim, a perseguição ao “*gaucho*” foi iniciada antes da apropriação da terra para a formação das primeiras estâncias. “*Gaucho*” – ou gaúcho em português, a origem da palavra é muito incerta – foi uma das tantas expressões pejorativas para designar aos que não tinham ocupações fixas. A origem do termo é motivo de muitas discussões que não cabem neste trabalho. Havia outros apelidos para estes homens, tais como “*gaudérios*”, “*cuatrerros*”, “*hombres sueltos*”, “*matreros*”, “*vagos*”, “*vagamundos*”, “*malentretidos*”, “*malos*”, entre tantos (RODRÍGUEZ MOLAS, 1982).

Da mesma maneira que a permissão para o abate de reses foi circunscrita a poucas pessoas, a propriedade da terra também foi muito limitada. As “*mercedes de tierra*” e as “*suertes de estancia*” na América espanhola – analogamente às sesmarias do lado português – só foram acessíveis a poucos: as dificuldades para que eventuais os posseiros comprovarem a documentação exigida, com elevado número de denúncias, colocou em situação ilegal um grande número de indivíduos, que engrossaram as fileiras de “*vagos*”. A partir de então, não apenas abater o gado

mas viver em terras realengas passou a ser crime (AZARA, 1943). Na fronteira com os portugueses, onde ocorria um processo semelhante de ocupações, os marginalizados tiveram a opção do contrabando. Também “*tolderías*” de indígenas hostis serviram eventualmente aos “*gauchos*”, que muitas vezes se somaram às populações. Por outro lado, após os problemas iniciais na instalação dos primeiros povoamentos, os indígenas tiveram muitos anos de suspensão das hostilidades: a possibilidade de alimentação fácil pelo abate do gado chimarrão desfez qualquer risco de ataque à população branca. Quando se regulamentaram as restrições aos abates e mais tarde se delimitavam as propriedades, os índios também serão objetos da perseguição, com uma diferença: o “*vago*” poderia ser constrangido ao trabalho, mas ao indígena só resta o extermínio (GUAZZELLI, 2011).

A formação das estâncias gerara uma situação conflitiva para a plebe dos campos: como sobravam os desocupados, dever-se-ia condicionar os renitentes ao trabalho nas estâncias; mas nelas havia pouca oferta de trabalho. Por outro lado, a quantidade de trabalhadores permanentes que se necessita numa estância era bastante exígua: para tomar conta de dez mil cabeças eram precisos dez peões e um capataz; calculando-se aproximadamente uma cabeça para cada dois hectares, esses dez peões poderiam cobrir uma extensão de vinte mil hectares. Assim, os indivíduos marginalizados se engajavam em tarefas como roubo de gado ou contrabando, organizando-se em bandos que muitas vezes eram contratados por respeitáveis proprietários ou autoridades (DE LA FUENTE, 2007).

É justamente na repressão à “*vadiagem*” que se intensificou a militarização no Prata. Esta suspeita recaía sobre todos os “*gauchos*”, que seriam objeto de controle e perseguição. Em todas as partes do espaço platino foram formados corpos milicianos locais, normalmente comandados pelas pessoas mais influentes. O princípio para os perseguidos era bastante simples: ser reprimido, ou aderir ao sistema, incorporando-se na milícia dos estancieiros. O antigo habitante dos pampas que havia sido perseguido por “*vadiagem*”, podia agora ser miliciano para combater outros “*vagos*”. A criminalização se havia tornado um elemento fundamental para o funcionamento de uma sociedade que passava a girar e torno da grande propriedade pecuária. Criada a “*vadiagem*” a partir da própria dinâmica da sociedade, ela passaria a justificar a presença de forças paramilitares sob controle da grande estância de criação. O ingresso numa milícia, permitindo a sobrevivência de quem tivesse sido perseguido, tornava-o um soldado com fortes ligações pessoais ao seu comandante (POMER, 1986).

A formação da grande propriedade pecuária esteve pois na origem tanto dos caudilhos como dos milicianos. O enquadramento forçado ao trabalho pela apropriação da terra era responsável pela transformação do “*gaucho*” perseguido em peão ou em miliciano: não foi “*gaucho*” livre o soldado das tropas irregulares, mas seu sucedâneo, o peão campeiro; as milícias foram constituídas por indivíduos já ligados à propriedade ou a outros serviços de um caudilho-estancieiro. A ideia de

que as guerras civis foram uma expressão de “*guerra gaucha*” era baseada numa aparência: a verdadeira “*guerra gaucha*” tinham sido as manifestações de resistência ao trabalho, manifestada pela “vadiagem” ou pelo banditismo, desde a simples fuga para lugares afastados até os atentados às propriedades. As chamadas “*montoneras*” dos caudilhos provincianos não expressariam a luta de classes entre proprietários e despossuídos, mas resultado da incorporação da plebe rural nas lutas entre setores da classe dominante (GUAZZELLI, 2011).

As funções dos peões nas estâncias eram relativamente arriscadas e exigiam destreza nas armas e habilidades para montar. Os únicos aprimoramentos importantes introduzidos na pecuária extensiva de então foram a castração, para melhor manejo dos rebanhos, e uma relativa preservação das fêmeas para permitir uma procriação adequada. Entre tantas medidas no sentido de reforçar a apropriação dos rebanhos estava a marcação das reses. Assim, as duas grandes tarefas na unidade econômica da estância eram a castração e a marcação, em geral realizadas simultaneamente em uma época específica do ano. O restante do trabalho, dada a ausência de cercas e a indefinição dos limites da propriedade, se relacionava com a vigilância da propriedade: a “ronda” noturna, para impedir o abigeato, e as expedições diurnas em busca de reses extraviadas. Não há uma diferença qualitativa muito nítida entre as peonadas das estâncias e aqueles indivíduos que formavam as milícias dos estancieiros. Uns e outros são fundamentalmente a garantia da preservação da propriedade.

O próprio cotidiano das estâncias lembra um aquartelamento: as refeições comuns, o abrigo coletivo dos peões no galpão próximo à casa sede da estância. Naquelas estâncias muito extensas, colocavam-se indivíduos de confiança, normalmente vem experimentados, habitando nos limites. Esses “*puestos*”, como postos fronteiriços, funcionavam autonomamente, permitindo que a propriedade pudesse ser ampliada indefinidamente, como se fossem várias estâncias em torno de uma central. O “*puestero*” funcionava como um lugar tenente do estancieiro, garantindo a preservação de sua propriedade aos lugares mais afastados.

As relações de trabalho entre peões e proprietários adquirem um caráter peculiar. Sendo um trabalho formalmente livre na medida em que é remunerado, apresenta ocultadas algumas relações de tipo pré-capitalista. Além do assalariamento ser muitas vezes em espécie, a garantia de alimentação e moradia aparece como sendo uma concessão do estancieiro: ou seja, além do pagamento, o patrão proporciona ao seu peão casa e comida pelo trabalho. Na verdade, tais “concessões” nada mais representam que formas disfarçadas de renda da terra: o estancieiro, na medida em que não fornece pelo trabalho um pagamento suficiente para que o trabalhador possa com a venda do trabalho garantir sua reprodução, não lhe cobra o uso de suas instalações e de seus alimentos. Assim, os peões estão pagando uma renda da terra, que é subtraída do seu salário, permanecendo esta relação encoberta. Essa característica em relação aos “*puesteros*” é ainda mais evidente: na medida em que se permitia ao titular de um “*puesto*” que dispusesse de alguma terra para plantar

gêneros alimentícios e criar algumas cabeças, a presença da renda disfarçada da terra tornava-se mais importante que o próprio assalariamento. A “vantagem” de permanecer como “*puestero*” era justamente a permissão para o uso da terra, que criava a ilusão de formação de um pecúlio futuro que garantisse a metamorfose do usuário em um proprietário como o patrão (GUAZZELLI, 1990).

Ao longo do século XIX seriam resgatados pelos grupos dominantes uma série de valores que reconstruíram uma nova imagem do “*gaucho*”; esse “*gaucho*” reconstruído, que muito pouco tinha em relação ao modelo original, teria um importante papel na formação dos contingentes armados dos caudilhos. Se o antigo “*gaucho*” se caracterizava por ser cavaleiro emérito e por ser desenvolto no uso de armas brancas, muitas vezes arriscadas, o peão de estância que havia preservado essas habilidades era um “*gaucho*”; se os hábitos alimentares, a indumentária, o linguajar e os costumes não se haviam modificado, o peão continuava a ser um “*gaucho*”. Construía-se uma imagem que na aparência preservava todas as características dos antigos povoadores dos campos platinos, ocultando a transformação fundamental que tinha ocorrido, a apropriação dos bens de produção (CONI, 1982).

Basicamente o que aparecia era a associação do trabalho do peão com uma situação de “liberdade” e “igualdade”. Se o gaúcho vivera do abate das reses que necessitava, que não eram propriedade de ninguém, o peão de estância pagava pela sua subsistência, na medida em que se descontavam do salário alimentação e moradia. Como a renda da terra era uma relação encoberta, o peão via a si mesmo como um trabalhador “livre”, que mantinha as mesmas prerrogativas do gaúcho. Exaltavam-se como valores sociais a coragem, a capacidade no trato com animais perigosos de lidar, e, se necessário, na luta contra os inimigos, além da liberdade. Por outra parte, as precárias condições materiais das estâncias, com a falta de mínimas condições de comodidade, mostravam aos peões uma situação de “igualdade” com os estancieros. Além da frugalidade em que viviam os proprietários das estâncias, estes normalmente se faziam presentes nas lides campeiras, demonstrando idênticas habilidades como cavaleiros e no uso dos instrumentos de trabalho: isso fazia uma equivalência dos estancieros com os peões, tornando-os tão “*gauchos*” como esses, logo socialmente “iguais”. O mundo dos “homens de a cavalo” recriava uma identidade própria (RODRÍGUEZ MOLAS, 1982).

Por outro lado, criava-se para o peão um antagonismo entre campo e cidade, entre “*gauchos*” e os não “*gauchos*”. Nisso tivera um papel fundamental a referida perseguição ao “*vago*”. A punição mais comum para quem fosse aprisionado pelo exercício ilegal do abate ou pelo contrabando, era o serviço militar compulsório nos exércitos profissionais da coroa espanhola – mais tarde nos exércitos nacionais –, tradicionalmente nas áreas de fronteira indígena. Havia uma ampla rede de fortificações que visavam a proteção contra os ataques dos indígenas, para onde eram deslocados os contingentes formados pelos faltosos com a lei. Além de péssimas condições materiais fartamente descritas, esse serviço militar habitualmente

prolongado significava uma ruptura quase completa com as raízes desses indivíduos, com a perda dos poucos bens pessoais, laços familiares etc (CONI, 1982).

Essa situação, pendente sobre todos indivíduos não empregados, era vista pelos trabalhadores rurais como uma responsabilidade das “autoridades”. Era a burocracia governamental, com seus juízos e oficiais, que tinha e exercia o poder de flagelar os indivíduos do campo. O estancieiro, ao contrário, parecia um “igual” que recompensava e dava proteção para seus peões, era também “*gaucho*”. As autoridades citadinas, além de serem “diferentes”, eram identificadas como potenciais algozes dos “*gauchos*”. Não havendo diferenças exteriores visíveis entre os peões enquadrados ao trabalho e os “*cuateros*” remanescentes, a única garantia contra os abusos era a presença do patrão. Chamava-se “*conchabo*” uma relação de trabalho temporária, e ela era atestada pela “*papeleta de conchabado*”, um papel assinado pelo patrão que se tornou uma constante em todas as regiões platinas do século XIX. (Em algumas partes, em determinadas conjunturas, eram usados “passaportes”.) Esse experiente não aparecia como uma violência direta contra os direitos dos peões: era vista como garantia de sua “liberdade”, a prova de ser “gente de um estancieiro”, logo uma proteção contra a arbitrariedade institucional.

Se acrescentarmos a isso as diferenças visíveis quanto aos hábitos alimentares, vestimentas, linguagens etc, podemos pensar sem maiores dificuldades na oposição que é criada entre “*paisano*” – *país* no sentido de campo – e “*pueblera*” – o homem do *pueblo*, a cidade. O estancieiro pode ser visto aqui como um “*gaucho*”, como um “*paisano*”, ao passo que a autoridade governamental é claramente alguém fora desse sistema, é “*pluebera*”. Dessa maneira, somava-se ao disfarce do antagonismo entre proprietários e peões, a formação de um antagonismo entre os peões e os representantes dos governos coloniais e mais tarde nacionais. Quando as desavenças entre as frações da classe dominante conduzirem às guerras civis, os peões estarão formando as “*montoneras*” dos seus patrões. Aquilo que dizia respeito a uma disputa dentro da classe dominante passa a ser visto como luta entre cidade e campo.

Há ainda um aspecto a considerar no que se refere ao caráter “protetor” com que o caudilho aparece para a população rural em geral. Primeiramente, a defesa contra os “*vagos*” e suas eventuais bandidagens, era vista como uma defesa de todos. Aqueles indivíduos, isoladamente ou em grupo, quando realizavam suas pilhagens não distinguiam os bens dos estancieiros ou dos seus subordinados. Além do abigeato, eram comuns os saques generalizados, assassinatos, violações, sequestro de mulheres. A repressão aos desocupados passava a ser uma necessidade para todas as pessoas “de bem”. De certa forma eram comparáveis aos ataques dos indígenas: o “*malón*” era temido por todas as pessoas “civilizadas” pela violência das expedições de guerra, com morticínios em massa e sequestro de mulheres e crianças para as “*tolderias*”. Na falta de auxílio das autoridades instituídas, aos estancieiros competia a defesa da população, contando com seus próprios seguidores.

Foram muitos os caudilhos platinos que iniciaram sua carreira de renome militar

nos combates contra os índios e perseguição dos fora-da-lei. Em muitos lugares, as sedes das estâncias eram muito fortificadas e, de maneira análoga às torres feudais, podiam abrigar os habitantes do campo. Os estancieiros, por sua vez, armavam suas “cavalarias” e combatiam diretamente o inimigo que ameaçava. A defesa da propriedade, da organização produtiva que mal ou bem era a garantia da existência de todos, era apropriada como defesa de todos, e o responsável pela sua direção como protetor maior de todos (MATA, 2008).

Mais tarde, no longo período das guerras civis, a situação não é diferente. Apesar de não haver uma orientação explícita para que os exércitos nacionais pilhassem, essa era uma prática comum. Não havia diferenças quando se tratava de alguma questão envolvendo caudilhos provincianos: uma das atrações para tomar parte numa “*montonera*” era a possibilidade de saquear outras regiões. Desta forma, o caudilho de uma região quando se proclama defensor dos seus habitantes contra as arbitrariedades que possam ocorrer no caso de invasão por outros, encontra receptividade na população. Uma vez mais o antagonismo de classe é disfarçado, dando lugar a um antagonismo entre a província e porte, ou entre distintas províncias. O temor que os proprietários apresentam em relação ao dano de seus bens é transferido para os seus subalternos, que temem por suas famílias e escassos objetos pessoais (HALPERIN DONGHI, 2005).

Desta forma, os conflitos no seio da classe dominante entre oligarquias exportadoras e produtores mercantis que temiam as organizações nacionais centralizadas – ou seja, a luta entre “*unitarios*” e “*federales*” – foi transferida para os trabalhadores rurais, com a adesão expressiva das “*montoneras*” aos seus caudilhos. O declínio econômico dos estancieiros provincianos é associado às precárias condições de sobrevivência das peonadas, atribuindo-se a um adversário comum todos os males. São negados os conflitos de classe que estabeleceram a diferença entre proprietários e trabalhadores, integrando-se dois momentos distintos – a apropriação da terra e a crise econômica dos proprietários – e ligando-os a privilégios. A situação de crescente penúria em diversas regiões traduzia-se por uma maior extração de excedentes dos trabalhadores: aumentam as dificuldades para alimentação, vestuário, habitação, multiplicam-se as “leis de vadiagem” e a repressão aos desviantes; todos esses reflexos de um arrocho nos laços de dominação sobre os subordinados são, no entanto, transferidos para uma “crise” geral a todos, resultados de uma política externa às decisões de cada província.

O “*montonero*” não pensava no exercício da função de soldado nas hostes do caudilho como mais uma forma de lhe cobrar trabalho. Tampouco via no saque praticado contra seus adversários uma forma de compensar, mesmo que minimamente, a estagnação econômica a que está submetido; apesar do saque ser um atrativo, seu efeito é muito transitório, em geral permitindo apenas que as tropas irregulares garantam seu abastecimento para continuarem atuando. O que o “*montonero*” via por todos os condicionamentos historicamente construídos, era a defesa de antigos

valores pátrios, a “*patriada*”, a “*guerra gaucha*” que o resgataria as dificuldades do presente.

Essa situação desesperada do presente era comparada a um passado de opulência que jamais existiu no interior argentino, dissociado do processo concreto de apropriação da terra: a propriedade que desapareceu é relacionada com a ganancia dos representantes portenhos, pretensos dirigentes da organização nacional, que preocupados exclusivamente com sua própria economia exportadora, fecharam os espaços para o desenvolvimento das províncias. O “*montonero*” passa a ter ele próprio a nostalgia do “passado perdido”, mesmo que nesse tempo tivesse havido o seu enquadramento compulsório ao trabalho. Assim como o peão vira no estancieiro o “protetor” a lhe garantir a sobrevivência, não percebendo a espoliação a que for submetido, também o “*montonero*” pensava no caudilho como seu “protetor”, capaz de restaurar a prosperidade perdida em algum momento do passado.

A relação pessoal forte que caracterizou o caudilho em relação aos seus “*montoneros*” era fundamentalmente a mesma estabelecida entre estancieiros e seus peões. Mantinha-se a mesma aparência “democrática” sob vínculos bastante autoritários e caracterizados pela violência. O prestígio maior ou menor que cada caudilho apresenta está diretamente relacionado com a forma com que transmite a noção de “igualdade”. Se o estancieiro se tornava “igual” pela linguagem, hábitos e pelas suas habilidades como campeiro, também assim mostra o caudilho em relação aos seus comandos. Ele deve montar e combater da mesma maneira, não sendo comparável com os militares de academia com seus regulamentos e táticas. Em verdade, essa era a única maneira possível de levar adiante a luta: o caudilho praticava a “*guerra gaucha*” porque não tinha condições de fazer a guerra de uma outra maneira. Não dispo de sequer de fuzis em número adequado, era a carga de cavalaria sua principal arma: permitia o impacto fulminante dos lanceiros e o contínuo movimento pelos territórios conhecidos para ludibriar os adversários. Para seus “*montoneros*”, no entanto, isso aparecia como mais uma opção pelo estilo “*gaucho*” de viver, o que legitimava ainda mais o caudilho (RODRÍGUEZ MOLAS, 1982).

As camadas dominadas não dispunham de um projeto próprio, bem como não se formulara pela classe dominante algum projeto que as beneficiasse. Organização nacional era alguma coisa despida de sentido, se pensarmos que o horizonte da gente do campo terminava nos limites da unidade produtiva de que fizesse parte. Não há uma luta camponesa pela terra, porque nunca chegou a se constituir uma classe camponesa no espaço do Rio da Prata. A população rural reconhecera a inexistência da propriedade e depois a grande propriedade pecuária dos estancieiros. A luta é pela manutenção da segurança mínima de sobrevivência que representa a estância do patrão. Uma nova ordem das coisas, temida por setores da classe dominante, também é temida pelos dominados. Apesar desse temor, a partir do momento em que a maior parte dos “*terratenientes*” deixa de recear pela mudança porque vai participar do “botim”, os peões não levam adiante aquela luta, aparentemente sua. Justamente

porque parecia, mas não era.

Os trabalhos de história agrária realizados no espaço platino – incluindo aqui também o Rio Grande – têm mostrado uma paisagem rural mais complexa do que parecia ser um mundo dominado pelos grandes latifúndios. Mesmo que estes aspectos fujam ao objetivo deste trabalho, algumas considerações devem ser feitas.

Uma primeira observação diz respeito aos médios e pequenos proprietários e suas relações com as grandes estâncias. Um criador que fosse possuidor de duzentas reses, dispunha da mão de obra familiar para dar conta de sua produção. No entanto, a reprodução anual obtida por esta quantidade de bovinos não bastava para a sobrevivência deste grupo familiar. Isto obrigava a alguns membros da família a trabalharem sazonalmente para grandes proprietários nas épicas em que havia maior demanda de braços, como marcações, “*recolutas*”, formação de tropas etc. De toda sorte, estes vínculos sociais também eram sólidos, e tais pessoas comumente faziam parte das hostes de um estancieiro-caudilho.

De maneira bastante assemelhada à situação dos “*puesteros*” existiam os “agregados”, cujas terras estavam dentro ou nas divisas das grandes propriedades. Em geral antigos posseiros, tinham suas presenças toleradas pelos estancieiros que também faziam uso de seus serviços quando necessitavam. A tipologia dos agregados era muito variada. Mas o grau de adesão grande senhores de terras era também elevado, e as hostes dos caudilhos sempre contavam com estes homens.

Uma última menção deve ser feita aos escravos. No Rio Grande eles constituíam uma parte significativa dos trabalhadores permanentes das estâncias. Na medida em que os trabalhos na pecuária exigem uso do cavalos e porte de armas, devem ser pensadas em alguns aspectos que se somavam às relações mais conhecidas de senhores e escravos que iam além do trabalho compulsório sem qualquer compensação. A existência de soldados negros em corpos de cavalaria leva a crer que o número de escravos montados era bem significativo. Mesmo que se pense que as alforrias fossem as recompensas para a incorporação de negros nas “*montoneras*” outras formas de adesão devem ser pesquisadas (GUAZZELLI, 2011).

As discussões teóricas aqui apresentadas têm caráter ainda preliminar, e novos estudos poderão iluminar as muitas lacunas que ainda persistem.

REFERÊNCIAS

ANSALDI, Waldo. Montoneras. In: CONSEJO LATINOAMERICANO DE CIENCIAS SOCIALES (CLACSO) – INSTITUTO LATINOAMERICANO DE INVESTIGACIONES SOCIALES (ILDIS). **Términos Latinoamericanos para el Diccionario de Ciencias Sociales**. Buenos Aires: CLACSO, 1976, p. 123-128.

AZARA, Felix. **Memória sobre el Estado Rural del Rio de la Plata y Otros Ensayos**. Buenos Aires: Editora Bajel, 1943.

CHIARAMONTE, José Carlos. **Mercaderes del Litoral. Economía y sociedad en la provincia de**

Corrientes, primera mitad del siglo XIX. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1991.

CHIARAMONTE, José Carlos. Federalismo argentino en la primera mitad del siglo XIX. In: CARMAGNANI, Marcello (coord.). **Federalismos latinoamericanos: México, Brasil, Argentina.** México, Fondo de Cultura Económica, 1996, p. 81-132.

CONI, Emilio. **El Gaucho. Argentina. Brasil. Uruguay.** Buenos Aires: Solar, 1982.

GARAVAGLIA, Juan C. **Poder, conflicto y relaciones sociales. El Río de la Plata, XVIII-XIX.** Rosario: Homo Sapiens, 1999.

DE LA FUENTE, Ariel. **Los hijos de Facundo: caudillos y montoneras en la provincia de La Rioja durante el proceso de formación del estado nacional argentino (1853-1870).** Buenos Aires: Prometeo, 2007.

GOLDMAN, Noemí; SALVATORE, Ricardo (Comp.). **Caudillismos rioplatenses. Nuevas miradas a un viejo problema.** Buenos Aires: Eudeba, 1998.

GUZZELLI, Cesar A. B. **Caudilhos e montoneros de La Rioja: sociedade e discurso (1862-1867).** Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1990.

GUZZELLI, Cesar A. B. Regiões-províncias na Guerra da Tríplice Aliança. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 10, p. 70-89, 2009.

GUZZELLI, Cesar A. B. Libertos, Gaúchos, Peões Livres e a Guerra dos Farrapos. In: DANTAS, Mônica (Org.). **Revoltas, Motins, Revoluções. Homens livres pobres e libertos no Brasil do século XIX.** São Paulo: Alameda, 2011, v. 1, p. 229-261.

HALPERIN DONGHI, Tulio. **La formación de la clase terrateniente argentina.** Buenos Aires: Prometeo, 2005.

MATA, Sara E. **Los gauchos de Güemes. Guerras de Independencia y conflicto social.** Buenos Aires: Sudamericana, 2008.

POMER, Leon. *Cinco Años de Guerra Civil en la Argentina. (1862-1867).* Buenos Aires: Amorrortu, 1986.

RODRÍGUEZ MOLAS, Ricardo E. **Historia social del gaucho.** Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1982.

SOBRE AS ORGANIZADORAS

Denise Pereira - Mestre em Ciências Sociais Aplicadas, Especialista em História, Arte e Cultura, Bacharel em História, pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. Cursando Pós-Graduação Tecnologias Educacionais, Gestão da Comunicação e do Conhecimento. Atualmente Professora/Tutora Ensino a Distância da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) e professora nas Faculdade Integradas dos Campos Gerais (CESCAGE) e Coordenadora de Pós-Graduação.

Maristela Carneiro - Pós-Doutoranda pela Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná – Unicentro. Doutorado e Pós-Doutorado em História pela UFG e pela UFMT, respectivamente. Docente do curso de História na Universidade Estadual de Ponta Grossa.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Alegoria da caverna 272

C

Colonização 122, 226

E

Ensino de história 26

F

Feminismo 136

Filosofia 12, 94, 95, 98, 123, 235, 271, 278

H

História intelectual 91, 102

Historiografia 40, 41, 43, 44, 45, 53, 54, 55, 66, 88, 89

I

Igreja católica 115

L

Literatura 96, 99, 104, 112, 136, 137, 138, 144

M

Maias 104, 105, 106, 108, 109, 110, 111, 112, 113

Meio ambiente 1, 12

Memória 6, 10, 13, 14, 18, 20, 34, 39, 56, 66, 67, 76, 88, 89, 102, 178, 245, 256

Micro-história 114

P

Política 15, 24, 68, 69, 70, 75, 102, 136, 150, 158, 164, 235, 258

Populismo 145, 154

R

Relações de trabalho 8, 236

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-560-0

